



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

*Gabinete do Presidente*

Ex.mas Autoridades;

Ilustres Agraciados;

Senhoras e Senhores Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Cá estamos. Junto ao areal da Vitória, nesta nossa Praia prezada. Também nós prezados, como exige a solenidade dos ritos. E prezados de orgulho açoriano, no “Dia da Pombinha”, que por Decreto nosso livremente escolhemos para ser o nosso Dia.

Porque os dias não são todos iguais. Porque às vezes é preciso parar o tempo, para repensar a vida: pôrmos flores de papel no altar do Divino, vestirmos o fato domingueiro, provar do pão e do vinho. Atentarmos na afinação da filarmónica. Porque não queremos perder a Festa. Porque celebrar o nosso Dia é sempre consolidar uma identidade rememorada.

Hoje é o dia de recordarmos, comovidos, a idiossincrasia dos homens e das mulheres destas ilhas, os que estão nelas e aqueles e aquelas que abalaram pelas sete partidas do mundo. À míngua de terra, à escassez de pão, à neblina que corta o horizonte. Que foram e se adaptaram. Tiveram sucesso. Cidadãos do Mundo, são sempre e ainda da Cidade das Ilhas. Porque com eles emalaram este modo ilhéu de ser gente, de ver com a grandeza da alma as verdades imorredoiras e fundamentais. Não, não se perderam. São Cidadãos do Mundo porque são sempre açorianos.

Por isso esta Festa, a nossa evocação e o nosso pensamento estão com eles, porque sabemos que eles estão sempre entre nós, com a alma choramingando apertadas *soidades*: do abraço dos seus, da mesa da função ou do ganir da viola da terra.

Da relação bruta entre História e Geografia se fez este Povo – ensinou-nos o praiense ilustre que foi Vitorino Nemésio. Da vivência dura entre mar e terra, escassez e abundância, alegrias e saudades se fez um modo atlântico de ser Português. Se forjaram solidariedades, se fabricaram cumplicidades, se enfrentaram terremotos e cataclismos, se constatou um destino comum – para finalmente nos (re) conhecermos como irmãos e como iguais.

Foram séculos aqui. Entre a terra e o mar. Sofrendo na pele e nos ossos as agruras do tempo, o esquecimento dos nossos que deixámos, as saudades dos outros nossos que tiveram de nos deixar.

Entre cá e muitos lás forjou-se essa comunhão de gente da mesma lava, dos mesmos anseios, dos mesmos amores e de algumas detestações – as mesmas. E assim se fez um Povo. Que gradualmente tomou consciência disso mesmo. E que aproveitou Abril para consagrar, na Constituição e na Lei, aquilo que há muito era, aquilo que deveras sentia.

Um Povo a que cabe propôr a Carta Autonomica que o rege. Um Povo que toma a iniciativa de estabelecer as regras da eleição dos seus representantes. Um povo que quer ter – e tem – relações políticas com as



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

*Gabinete do Presidente*

Comunidades onde se encontram os outros seus, por esse Mundo afora. Um Povo que guarda e pratica os ritos duma ancestralidade europeia, e quer estar na Europa Política que se vai forjando. Um Povo que, na sua Portugalidade atlântica, quer influenciar e co-participar nas decisões tomadas pelo país a que pertence. Porque fomos aprendendo que o mar e a distância trazem isolamento, esquecimento, por vezes até abandono. Que os interesses do Rei, na sua vida difícil e atarefada, nem sempre eram os nossos. Compatriotas sempre fomos para pagar impostos e contribuir para os devaneios da Corte. Sempre mais pesados em tempo de aflição ou de vacas-magras. De crise – como hoje se diz.

Minhas Senhores e Meus Senhores;

Açorianos,

A crise preenche o nosso quotidiano hoje, cercando-nos no mundo mediático e real! Na Europa e no País. É económica e financeira. Também de valores – asseveram alguns.

Efectivamente, vivemos uma enorme crise económico-financeira que, nascida nos Estados Unidos, tem posto duramente à prova a União Europeia, designadamente na sua vertente de União Monetária. A Europa vive tempos de incerteza e de impasse. Numa encruzilhada, a Europa Monetária deveria avançar para uma Europa mais Social e mais Política. Mas Mário Soares lembrou-nos recentemente que os líderes políticos são como o vinho, e a Europa não tem sido fadada, nos últimos anos, com boas colheitas...

Basta cotejarmos, para não sairmos da mesma família política nem do mesmo país, e por causa das suspeições, o Chanceler Khol com a actual líder de um certo egoísmo nacionalista!

Por outro lado, nem sempre se vislumbra concertação estratégica, mesmo entre os denominados países do Sul, no sentido de bater o pé e exigir soluções globais e estratégicas, que contemplem o crescimento sustentado, a consensualização de posições, uma gradual integração política e uma verdadeira solidariedade europeia.

Entrementes, vão medrando os egoísmos nacionais, a reacção tardia e descontextualizada, a cedência a velhas receitas de reequilíbrio financeiro e quase fatal recessão económica, num risco acrescido de contágio alastrante.

Temos que exigir – e contribuir – para uma inversão do rumo da União Europeia que a resgate da estagnação e da decadência e que a faça reencontrar a grandeza de ideias, de pensamento e de vanguardismo da Velha Europa.

É certo que o Memorando de Entendimento entre Portugal e o Triunvirato traz inovações e nuances às velhas receitas do FMI. Temos que aproveitar esta oportunidade, debelar a malfadada crise e reencontrar o caminho do crescimento económico e da prosperidade, com justiça e equidade sociais.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

*Gabinete do Presidente*

Não tememos, naturalmente, que a crise corroa a nossa identidade. Ela forjou-se precisamente na emergência de muitas crises pretéritas. À crise actual havemos de responder com pertinácia, engenho e teimosia, não esquecendo quem somos, nem a solidariedade devida ao país.

Mas não podemos aceitar que a crise sirva de desculpa para retrocessos na marcha da Autonomia, recuos no caminho que esforçadamente trilhámos, machadada nos direitos que justa e tardiamente vimos reconhecidos. A nossa diferença impõe, bem como a nossa pequenez e relativa insignificância no peso das Contas Nacionais que não sirvamos de “exemplo pedagógico” para falsos corajosos, num aplicar cego de medidas que se querem gerais, sem cuidar de especificidades do que é diferente. É um risco que se corre quando ainda é a ignorância e o preconceito que guardam a “vinha” do Centralismo.

É certo que com Abril consagramos na letra e no espírito da nossa Constituição um conjunto imorredoiro de direitos e garantias autonómicas, sedimentando e ampliando justas reivindicações mais do que centenárias. Foram precisos mais de vinte anos para que Portugal Democrático desse á luz uma Lei de Finanças das Regiões Autónomas, consagrando de forma objectiva, geral e abstracta, um conjunto de critérios garantísticos duma verdadeira Autonomia. É certo que essa Lei, num percurso acidentado que conheceu derrogações e suspensões, foi revista, no sentido de ampliar os justos direitos da insularidade arquipelágica, da maior distância aos centros de referência e da dupla insularidade.

Enfrentamos todos, agora, um desafio: a manutenção da Lei de Finanças das Regiões Autónomas e dos seus critérios de transferência de verbas para as Autonomias. Porque a sustentabilidade do regime autonómico não pode ser postergada pela simples inconveniência da crise. Ao invés: é nos tempos de adversidade que as opções a fazer, mesmo dolorosas, devem priorizar o respeito pelos grandes vectores da arquitectura constitucional do Portugal Democrático, na urgência de distinguir o acessório do essencial.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,  
Açorianos,

O País não é uma mercearia. A Pátria não é um negócio.

Quer isto dizer que as medidas de política para debelar a crise, designadamente ao nível das privatizações não podem esquecer que há serviços públicos prestados nas Regiões Autónomas que não podem obedecer a meros critérios economicistas. É que essas empresas prestam aqui serviços e funções cuja utilidade é de ordem pública, fundamentais à coesão nacional e à igualdade de acesso e fruição desses bens e serviços essenciais por todos os portugueses. O seu saldo não pode ser pois apenas económico – e este deve ser o critério de um Estado com Autonomias.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
*Gabinete do Presidente*

Açorianos,

É certo: longa tem sido a caminhada.

Hoje é dia de relembrá-la. Porque hoje é o nosso Dia. Do Corvo a Santa Maria; de Lisboa a Toronto; do Rio Grande do Sul a San Carlos, no Uruguai; de New Bedford à Califórnia. Orgulhosos do que somos e do que conseguimos, continuaremos prezados na afirmação da nossa identidade e na construção de um futuro de progresso, de mais bem-estar e de mais desenvolvimento.

Tentando ser dignos dos nossos “maiores”, e do exemplo que verdadeiramente frutifica, como é o caso daqueles, Pessoas individuais e colectivas, que hoje justamente homenageamos. São exemplos de valor, mérito, generosidade, competência e espírito cívico, que honram e orgulham a comunidade a que pertencem, que fazem os Açores maiores e melhores.

É por isso que os Representantes livremente eleitos do Povo Açoriano, desta forma, agradecem a sua obra e louvam o seu exemplo. Na certa esperança que a sua humildade e o seu valor se hão-de perpetuar e multiplicar.

Disse.

Praia da Vitória, 13 de Junho de 2011

O Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral